ASSEMBLEIA GERAL
SECRETARIA
DIREÇÃO-GERAL

XLIX Legislatura
Quinto Período

COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

Documento distribuído: 129/2024

Pasta S/C

24 de julho de 2024

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Visita

RELATÓRIO SOBRE O FUTURO A SER APRESENTADO NO DIA DO FUTURO

Versão taquigráfica da sessão de
24 de julho de 2024

PRESENÇAS

Preside: Senhor legislador Rodrigo Goñi Reyes (Presidente ad hoc)

Membros: Senhoras legisladoras Graciela Barrera e Carmen Sanguinetti; e senhores legisladores Felipe Carballo, Gustavo Olmos e Uruguay Russi.
Convidados: Pelo PNUD: Senhoras Virginia Varela, Stephanie Rouvray, Ioanna Grotiuz e Lucía Pérez Chabaneau; e senhores Pedro Delprato e Daniel Carranza
Pela UNESCO: Senhora Lydia Garrido
Secretaria: Senhora María Elena Morán (Secretária) e senhor Vladimir De Bellis (Secretário); e senhoras Joseline Rattaro e Sofía Martorano (Subsecretárias)

COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Reunião de 24 de julho de 2024)

(Comparece uma delegação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

SENHOR PRESIDENTE (Rodrigo Goñi Reyes).- Havendo quórum, está aberta a reunião.

(São 14h36)

——A Comissão Especial de Futuros dá as boas-vindas a uma delegação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), integrada pelas senhoras Ioanna Grotiuz, Lucía Pérez Chabaneau, Virginia Varela e Stephanie Rouvray, e pelos senhores Pedro Delprato e Daniel Carranza.

Solicitaram ser recebidos para nos apresentar uma proposta com o objetivo de avançar na criação de mecanismos formais para a participação da sociedade civil no trabalho da Comissão.

SENHORA VARELA (Virginia).- Muito obrigada a todos os integrantes da Comissão e ao presidente, Rodrigo Goñi, com quem trabalhamos e acompanhamos há bastante tempo o desenvolvimento e a evolução da Comissão Especial de Futuros.

Nós, representantes do PNUD, estamos acompanhados por uma delegação de organizações da sociedade civil com a qual trabalhamos em um projeto chamado “Dialogar acerca”. Ele diz respeito a um tema que ganhou espaço na agenda regional do PNUD, vinculado à preocupação com a qualidade de nossas democracias e à necessidade de continuar fortalecendo a esfera pública inclusiva. Isso pressupõe, entre outras coisas, que a sociedade civil tenha efetivamente espaços de participação efetiva nos diferentes âmbitos do debate público e, em particular, no Parlamento.

Nesse sentido, naturalmente, as comissões que funcionam em ambas as Câmaras são um espaço em que a sociedade civil e os legisladores interagem de diferentes formas. Entendemos que a Comissão Especial de Futuros também o é, por sua vocação, por sua lógica e por se pensar, de alguma forma, como uma comissão inovadora, aberta à escuta ativa e ao intercâmbio efetivo com múltiplos atores de diferentes âmbitos. Sabemos — e eu sei diretamente, em primeira pessoa — que a Comissão Especial de Futuros trabalhou muitíssimo em sua primeira fase com a academia e também com atores do setor privado. Além disso, manteve conversas com a sociedade civil.

No intercâmbio que mantemos de forma permanente com a sociedade civil, está prevista e colocada a ideia de trazer aqui a possibilidade de iniciar uma conversa para ver como as organizações da sociedade civil podem criar, no âmbito da Comissão Especial de Futuros, um mecanismo, um espaço que possa ser formalizado gradualmente para a participação e a construção da agenda e das propostas desta Comissão, e para que elas se concretizem.

Fico por aqui para que os colegas que representam a sociedade civil possam se apresentar e fazer propostas mais concretas, considerando o tempo de que dispomos.

SENHOR DELPRATO (Pedro).- Boa tarde. Represento a Anong. Quero justamente valorizar a possibilidade de contar com este espaço.

Como bem dizia Virginia, fazemos parte da sociedade civil, uma sociedade civil bastante heterogênea e diversa, que tem relação com muitos temas e políticas em geral e com a governança de muitos aspectos de nossa sociedade.

Também temos certa proximidade com a população em geral a partir do trabalho que realizamos, o que nos permite sentir seu pulso e ver o que está acontecendo. Não somos representantes da população, mas temos uma espécie de voz em alguns temas, possibilitada pela proximidade no trabalho que realizamos.

Nesse sentido, parece-nos que parte da visualização do futuro tem a ver com a possibilidade de a sociedade civil desempenhar um papel substancial na elaboração e no desenho das políticas. Muitas vezes são tomadas decisões sem prever muito o impacto que podem vir a ter no longo prazo. Parece-nos que podemos contribuir bastante para uma visão de longo prazo, que traga ao menos sensibilidade à construção de políticas. Por lei, participamos de vários espaços, mas acreditamos que deveria ser uma construção mais sistêmica quanto ao que se pode contribuir e de que maneira.

Nessa perspectiva, interessava-nos incluir um ator da sociedade civil, em suas diferentes formas, no que diz respeito à construção da política pública e a seu possível impacto no futuro da população.

SENHOR CARRANZA (Daniel).- Faço parte da Data Uruguay e também integro a Rede de Governo Aberto e o Grupo de Trabalho de Governo Aberto, órgão de governança de um projeto nacional coordenado pela Agesic.

Dando continuidade à ideia, acredito que essa participação e seu valor foram muito bem expressos pela Anong. Também gostaríamos de contribuir quanto ao modo de fazê-la.

O Uruguai tem muito trabalho e avanços bastante importantes em políticas de participação e transparência. De fato, o próprio Parlamento participa do plano de governo aberto há pelo menos 2 ou 3 planos, com ambas as Câmaras representadas. Portanto, existem metodologias, antecedentes claros e muito conhecimento desenvolvido sobre como conduzir a participação.

Também enviamos ao Parlamento, em mais de uma ocasião, um documento com recomendações sobre como ter um Parlamento aberto, que inclui muitas dessas sugestões sobre como implementar os mecanismos de participação.

Se existe essa possibilidade de incorporar institucionalmente formas de participação ao trabalho da Comissão Especial de Futuros, deve-se levar

em conta essa experiência anterior e todos esses antecedentes, insisto, do próprio Parlamento no trabalho com a sociedade civil, em sentido amplo. Isso não é uma questão exclusiva da sociedade civil organizada nem das organizações aqui presentes, mas da participação de pessoas interessadas e de atores relevantes interessados nos diferentes temas, que naturalmente incluirão a sociedade civil.

SENHORA PÉREZ CHABANEAU (Lucía).- Represento a Anistia Internacional Uruguai. Muito obrigada pelo espaço; também agradeço ao PNUD por criar esta oportunidade.

Vou tentar não ser repetitiva.

Acredito que estamos diante de uma oportunidade de repensar alguns dos canais que já existem hoje, ou que estão previstos e têm certo nível de funcionamento, com resultados distintos de diálogo entre o Parlamento e as organizações da sociedade civil.

Sem dúvida, o espaço das comissões, e desta Comissão em particular, oferece uma oportunidade diferente, e acredito que podemos pensar esse mecanismo a partir de outra perspectiva. Daniel esclarecia algumas dessas questões sobre como fazê-lo. É preciso pensar no mecanismo estabelecido em si, mas também em como esses processos podem ser mais eficientes na coleta de insumos da sociedade civil, que nem sempre são exclusivamente preocupações. Organizações como a Anistia Internacional, e também outras, produzem pesquisa, evidência empírica e muitos diagnósticos em grande parte dos temas, muitos dos quais são discutidos nesta Casa.

Trata-se, portanto, de criar essas oportunidades para que possam ser realmente aproveitadas não apenas na urgência da conversa sobre a votação de uma lei, mas também, como mencionava Daniel, para gerar processos que ajudem a chegar melhor ao tratamento dos temas, incorporando uma voz importante: a da sociedade civil em geral e da sociedade civil organizada em particular.

Por isso, celebro a oportunidade de repensar esse mecanismo e sua efetividade para que seja realmente um espaço de incidência, aproveitamento e melhoria a partir dos insumos recolhidos. Por outro lado, quero acrescentar um comentário ao que foi mencionado pela Anong sobre a diversidade das organizações da sociedade civil. Embora traga complexidade, ela também tem uma grande virtude. Acredito que aí se podem estabelecer canais para enriquecer as conversas e discussões desta Comissão sobre os diferentes temas, dependendo de até onde leve esta oportunidade que temos hoje.

Quero mencionar que, na Anistia Internacional, mas também pelo que compartilhamos com outras organizações, temos experiências muito boas e boas práticas que funcionaram muito bem e nas quais podemos nos apoiar. Não apenas em diálogos parlamentares, mas também com instituições públicas em geral, que levaram à produção de evidência empírica e à construção de dados que, talvez, por

meio de pedidos de acesso à informação pública, o Estado não tinha para tratar temas urgentes e muito importantes para o país. Podemos nos apoiar nesses casos; também temos outros em que esses diálogos não foram tão virtuosos.

Acredito que, com base nessas experiências, é possível construir um caminho melhor para aproveitar mais este espaço.

Muito obrigada.

SENHOR PRESIDENTE.- Naturalmente, agradecemos a proposta que nos apresentam.

Esta Comissão, como o PNUD sabe, tem uma metodologia precisa — que o PNUD também vem praticando —, a governança antecipatória. Essa metodologia já é reconhecida, admitida e praticada e, como toda metodologia, tem suas regras e seu sistema.

Adotamos essa metodologia nos processos que estamos realizando porque as comissões parlamentares de futuro em todo o mundo também a incorporaram. Justamente nos convidam por termos adotado uma metodologia reconhecida inclusive pela própria ONU, agora no Pacto para o Futuro. Em síntese, realizamos nossos processos com essa metodologia, que desenvolvemos na abordagem de “O Futuro do Trabalho e o Trabalho do Futuro”, tema que esta Comissão escolheu como eixo destes quatro anos. Já estamos a caminho de produzir o relatório final, com a participação de todos os atores considerados relevantes nesse processo, naturalmente incluindo a sociedade civil, que, como vocês dizem, é muito diversa e tem muito a contribuir para esse relatório. “O Futuro do Trabalho e o Trabalho do Futuro” abrange uma área muito ampla, com muitas ameaças e desafios, e também envolve a conscientização. Uma das coisas que mais nos preocupam é que, na sociedade civil, não há consciência — e isso está sendo reconhecido em vários parlamentos — dos processos emergentes e dos impactos que as novas tecnologias, e falo da inteligência artificial, terão. As sociedades estão um pouco anestesiadas ou adormecidas, e as organizações da sociedade civil também têm muito a ajudar na conscientização; são parte do problema e também parte da solução. Fica essa precisão prévia, introdutória. Provavelmente vocês já sabiam, mas é importante que seja dito.

Em segundo lugar, esta foi a primeira experiência da Comissão Especial de Futuros. Antes de terminar este período, votaremos alguma estrutura mais permanente. Esta é uma comissão especial, e a ideia — pelo menos como nos apresentou a presidente da Assembleia Geral — é deixar para o próximo período e os posteriores uma comissão permanente, como têm outros parlamentos. Também teremos de introduzir outros aspectos relativos à participação mais sistêmica e permanente dos diversos atores, entre eles a sociedade civil. Ainda não entramos nessa discussão. De alguma forma, queríamos concluir esta experiência para poder explicar por que vale a pena criar uma comissão permanente, inclusive com outros elementos inovadores no trabalho do Parlamento. Por isso, essa proposta de vocês nos vem muito bem; de certa forma, dá-nos legitimidade para propor processos mais permanentes.

Não sei se os senhores legisladores querem fazer algum comentário. Caso contrário, senhora Virginia Varela, continuaremos em contato.

Este relatório que faremos — agora nos dedicaremos ao avanço deste relatório final — também é uma oportunidade, embora nos reste pouco tempo, de participação sobre o tema e de contribuição de elementos para algo que, reitero, afetará e impactará absolutamente todos nós.

SENHORA SANGUINETTI (Carmen).- Quero cumprimentar a delegação e agradecer sua presença.

Acredito que estamos muito alinhados quanto à importância de integrar a sociedade civil ao trabalho que fazemos aqui. Pessoalmente, iniciei vários temas em que trabalhei convocando a academia, a sociedade civil, o setor privado e as diferentes áreas. Como venho da sociedade civil, acredito nela. Considero que a escala do Uruguai também torna essa participação e interação entre academia, sociedade civil e poder político simples e fácil. Acredito que há uma oportunidade de continuar aproveitando-a.

Acredito que o trabalho desta Comissão com a academia, impulsionado por seu presidente, é um exemplo de fortalecimento, como foi dito aqui. Concordo que muitas coisas foram bem-feitas e que há outras a aprender.

Quero apenas enfatizar que muitos de nós estamos muito convencidos de que é preciso fortalecer e aprofundar essa ponte que hoje existe diante dos desafios que vêm pela frente. A inteligência artificial é um deles, mas poderíamos citar muitos outros.

Muito obrigada novamente por estarem aqui hoje.

SENHOR PRESIDENTE.- Agradecemos a presença da delegação e continuaremos em contato para lhes dar retorno em breve, pois nosso período está chegando ao fim.

SENHOR CARRANZA (Daniel).- Estamos à disposição para conversar sobre os diferentes mecanismos que possamos imaginar.

SENHOR PRESIDENTE.- Perfeito.

(Uma delegação do PNUD se retira da sala)

——Vamos distribuir uma proposta muito simples, que diz respeito a um primeiro passo sugerido para que esta Comissão se torne permanente. Distribuímos um texto preliminar. Vamos examiná-lo.

(Diálogos)

——Até a última Assembleia Geral, temos condições de votá-lo; seria um primeiro passo rumo a uma comissão permanente.

(Entra na sala a senhora Lydia Garrido, assessora em Futuros e Metodologias de Inteligência Coletiva) ——Se concordarem, como depois algum legislador terá de se retirar, pediremos à senhora Lydia Garrido que nos fale da proposta para avançar no relatório final da Comissão Especial de Futuros. Já fizemos um relatório

preliminar sobre “Futuro do Trabalho – Trabalho do Futuro”, e nos restam dois meses. Sem mais, queremos que nos apresente os passos a seguir para depois discutirmos entre nós. Pedimos a Lydia Garrido que nos fale sobre o ponto.

SENHORA GARRIDO (Lydia).- Vou tentar ser bem breve.

Este relatório faz parte do estabelecido na Lei Nº 19.509 e deve ser entregue antes do término deste período. Devo lembrar que nos inspiramos — assim como a organização e a abordagem de trabalho da Comissão — na Comissão para o Futuro da Finlândia, além de outras, naturalmente, e sobretudo em fazer nosso próprio desenho sob medida. A Comissão para o Futuro da Finlândia é nossa grande orientadora, embora a grande diferença seja que, no Parlamento, ela responde ao relatório elaborado pelo gabinete do primeiro-ministro. Essa é a diferença que teremos. Quanto às características do relatório, ele resume de forma sintética as atividades realizadas durante o período, nesses quatro ou cinco anos. Geralmente, costumam ter entre 50 e 80 páginas, embora estejam sendo divididos em Parte 1 e Parte 2. Assim, estaríamos falando de cerca de 100 ou 120 páginas. Essa é a ideia do tamanho do relatório.

A abordagem metodológica está nos marcos de antecipação e complexidade que vêm sendo utilizados em todos os outros trabalhos e atividades. O relatório busca analisar e integrar os insumos gerados nesses quatro anos, de 2021 a 2024, por meio dos diferentes trabalhos escritos do Grupo de Especialistas ampliado, oficinas, workshops, mesas-redondas, seminários, exposições e também do processo da segunda cúpula mundial. Devemos lembrar que esse foi um processo de nove meses, com interações muito interessantes e uma enorme quantidade de especialistas ligados à inteligência artificial: suas relações com a democracia e com as grandes transformações sociais diretamente relacionadas a trabalho e sociedade, e os aspectos culturais que isso implica no aprendizado, na educação e em outras áreas.

Para este trabalho, está sendo realizado um rastreamento de fontes secundárias, cuja denominação em inglês é environmental scanning; sua tradução em espanhol não é muito transparente. Em essência, é uma busca e uma análise de documentos, relatórios e estudos de diversas fontes muito reconhecidas, entre elas a OSDE da Finlândia, o World Economic Forum e The Millennium Project. Refiro-me a think tanks que trabalham específica e constantemente na identificação de variáveis, tendências, megatendências e sinais fracos e fortes. Enfim, todas essas categorias de mudança.

(A exposição é acompanhada por uma apresentação em PowerPoint)

——Está prevista a realização de entrevistas para validar ou ampliar o avanço escrito do documento e também para revisá-lo.

Depois vou esclarecer a re-visão, ou seja, olhar novamente.

Propus realizar uma espécie de workshop, uma atividade interativa para validar o trabalho antes da entrega do documento final. Mas vocês terão de decidir de acordo com os prazos e as condições deste ano aqui no Parlamento. Minha recomendação seria realizá-la.

Entre os insumos, é preciso considerar que a CEF realizou todas essas publicações. Uma das últimas é o Guia Metodológico, do PNUD com a Comissão de Futuros, e isso deve ser visto com o PNUD, pois acredito que sairá em nome do PNUD. A outra, mais recente, é uma publicação que acredito ter acabado de ser concluída sobre o processo da Comissão de Futuros e, sobretudo, contribuições para a sistematização da Cúpula. Não sei se vocês já receberam esse documento.

SENHOR PRESIDENTE.- Não, porque não nos deram acesso. Está em revisão.

Tenho solicitado insistentemente tanto o documento do PNUD quanto o do IDEA.

Lydia entregou um texto, mas não me dão acesso. Não pude vê-lo.

SENHORA GARRIDO (Lydia).- Coloco à disposição de vocês os dois documentos de trabalho.

O documento do PNUD tem 100 páginas; eles o reduziram para 50. Para mim, é uma pena. Há 50 páginas que quero propor recuperar, para termos o documento inteiro, com os ajustes que vocês quiserem, naturalmente, mas é uma pena cortá-lo.

A outra publicação, Trazendo o Futuro para o Presente: o papel do Parlamento promovendo um ecossistema de governança antecipatória inovadora, inclui entre seus capítulos a sistematização da Cúpula. Acredito que ali há insumos muito interessantes que podem servir tanto a esta Comissão quanto a muitas outras. Tem quase 150 páginas.

Como já compartilhei com vocês, fui identificando a inteligência artificial como tema transversal nos diferentes eixos em que a Comissão de Futuros trabalha direta ou indiretamente nesse campo tão amplo do “Trabalho do Futuro” e do “Futuro do Trabalho”: as condições da inteligência artificial em seu caráter emergente e evolutivo; os aspectos éticos, que deveriam ser centrais, como se vem colocando; sua relação com a democracia, diretamente com oportunidades, desafios e ameaças no trabalho do futuro; a educação, também vinculada ao trabalho, especificamente à tarefa parlamentar; e a mudança climática, também relacionada ao futuro do trabalho, na medida em que certas oportunidades de transformação, como a economia digital, têm aspectos que precisam se tornar compatíveis com uma evolução sustentável.

Está claro o que significa uma evolução sustentável? Isso se deve ao fato de gerarem uma pegada de carbono muito significativa.

Os eixos em torno dos quais será apresentado o relatório são os que vinham sendo trabalhados, acrescidos de mais dois, resultantes justamente desse processo de trabalho da Comissão. Trata-se de incluir os aspectos de sustentabilidade, mudança climática, economia digital e emissão zero, assim como a inteligência artificial, cuja transversalidade já vimos tanto a partir da Cúpula quanto em nosso cotidiano, e o

impacto que seu potencial pode ter na mudança da própria anatomia, poderíamos dizer, do trabalho.

Não entrarei em detalhes sobre este slide, mas esta é uma heurística muito útil e uma das que utilizamos para conectar os diferentes vetores ou forças de mudança. O importante é ver suas relações e inter-relações, em vez de observar cada um separadamente. Por sua vez, geram novidades e oportunidades, mas também ameaças; em certo sentido, são habilitadores, mas, em outros, também são inibidores. Poderia haver outros como esses. Utilizamos alguns vetores transversais que são considerados na análise dessas temáticas.

De alguma forma, o heptagrama reúne quase os 7 eixos em que o texto está organizado.

A seguir, incluí apenas 3 slides para pensarmos, provocar um pouco a reflexão e ver para onde aponta a abordagem deste trabalho. Em um relatório de 80 a 100 páginas, tampouco podemos aprofundar muito, nem se trata de uma receita, porque tudo isso está mudando, e essa é a questão mais importante a considerar.

Poderia ter escolhido muitas outras frases, mas escolhi uma de um relatório da McKinsey do ano passado: “É provável que a IA generativa tenha o maior impacto no trabalho baseado em conhecimento, particularmente nas atividades relacionadas à tomada de decisões e à colaboração, que anteriormente tinham o menor potencial de automação”. A que isso se refere? Quando aqui mesmo, neste Parlamento, se começou a falar do futuro do trabalho em 2015, 2016 e 2017 — não sei se vocês se lembram de que isso acontecia todos os anos durante o Dia do Futuro, em setembro —, dizia-se que a maior ameaça era a automação, a substituição do trabalho rotineiro e não qualificado. Mas o que aconteceu neste último ano e meio? Percebemos que uma das maiores ameaças se dá justamente no trabalho qualificado, em alguns trabalhos baseados em qualificação e conhecimento. Apenas como referência para vocês, este gráfico mostra, em diferentes áreas, o impacto que se imaginava antes de 2017, nos estudos até 2017, 2018 e 2019, e o que os estudos mais recentes estão mostrando. Vê-se como aumenta a porcentagem de impacto que a automação teria sobre cada um desses setores.

Tomemos o primeiro: “Profissionais da área de STEM”, de ciências, tecnologias, matemática e economia, acredito que seja isso nessa sigla. Até 2018 e 2019, antes da chegada da inteligência artificial generativa, entendia-se que ela poderia ter um impacto em torno de 13% ou 14%. Hoje, entende-se que pode ter 30% ou mais. Na educação, entendia-se que poderia ter impacto inferior a 10%; hoje se entende que é superior a 20%, e assim acontece em cada atividade. É para que possamos ver visualmente a diferença já trazida pela inteligência artificial generativa, que, além disso, está em suas fases mais que iniciais.

O gráfico seguinte mostra o que acontece ao longo do tempo, ou seja, quando o impacto ocorreria. Até 2017, 2018 ou 2019, trabalhava-se com o que aparece em cinza no gráfico: que o impacto da substituição e da automação ocorreria perto de 2045, 2050 ou depois de 2025. Se observarem agora — a parte do gráfico em azul-claro e azul mais escuro —, estamos falando de um período entre 2025 e 2030. Como uma reflexão inicial muito geral minha, para provocar, no próximo período, em cinco anos, estaremos em um momento de transição decisiva em que devem ser criadas as condições para as transformações em que já estamos — o famoso catching-up de que falam os economistas. Não quero fazer futurologia; quero me basear neste, como em tantos outros relatórios, mas este me pareceu apresentado de forma muito visual e está bem fundamentado.

Temos muitas outras áreas da chamada fronteira tecnológica: tudo o que diz respeito à biotecnologia, à nanobiotecnologia e ao manejo das bases biológicas humanas. Essa seria outra questão importante a abordar. Mas, no que se relaciona mais diretamente ao trabalho, a inteligência artificial, ainda em suas fases iniciais, avança em uma velocidade de transformação e mudança que nem mesmo nós, especialistas envolvidos nesses temas, conseguimos acompanhar.

SENHOR PRESIDENTE.- Obrigado, Lydia.

Vou fazer dois ou três comentários. Primeiro, além de Lydia nos fornecer os textos, pediremos as versões completas que ela elaborou tanto para o “Guia Metodológico PNUD-CEF. O uso do Futuro como capacidade e competência nos Parlamentos” quanto para este último trabalho com o IDEA, “Trazendo o Futuro para o Presente”. De alguma forma, a Comissão Especial de Futuros está envolvida nesses textos, por isso deveríamos vê-los antes da publicação oficial. Eu os pedi e ainda não os tenho, mas examinaremos os textos que Lydia nos oferece hoje enquanto nos entregam os que serão publicados. Naturalmente, primeiro daremos nossa aprovação.

Em segundo lugar, deveríamos continuar avançando com essa abordagem e esse cronograma que Lydia nos apresenta, pois a ideia, antes do término do período ordinário, é realizar um evento no Parlamento com todos os parlamentares e também com os candidatos sobre este relatório em que já avançamos muito. É um tema muito, muito importante, e a oportunidade é esta.

SENHOR OLMOS (Gustavo).- Agradeço a Lydia Garrido, como sempre, por sua contribuição. Concordo com o que se dizia por último, no sentido de que estes últimos cinco anos serão de grande dinamismo. Certamente, o Parlamento que for eleito e assumir funções em 15 de fevereiro verá, nesse processo, nesses cinco anos, mudanças radicais, algumas decorrentes da tecnologia e outras impostas pelas políticas de fronteira da União Europeia e por outras coisas que exigirão mudanças muito profundas em muitos aspectos: na economia, na legislação, na incorporação dos riscos e da mitigação da mudança climática. Embora o Uruguai não altere o quadro em nível global, essa será uma exigência de qualquer maneira.

Certamente será necessária uma mudança dramática na forma como discutimos. Sem entrar no tema, a forma como discutimos a

transformação da seguridade social foi relativamente independente das mudanças que previámos no mundo do trabalho. Foi uma discussão baseada no mundo do trabalho anterior, sem pensar que ele entrará rapidamente em crise pelas consequências dessa transformação. Assim, acredito que ter este material — que considero o máximo a que podemos aspirar nesta legislatura —, estabelecer este espaço como uma comissão permanente da Assembleia Geral e fazer com que a metodologia e a forma de raciocinar permeiem e se disseminem para as outras comissões do Parlamento, de ambas as Câmaras, é a melhor contribuição que podemos oferecer com o trabalho destes anos.

Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado, deputado.

Ficamos, então, trabalhando no tema, com esse cronograma e essa proposta. Estamos conversando com os organismos internacionais que geralmente nos acompanharam nesse processo para chegar em tempo e forma a este relatório final, de altíssimo impacto e utilidade, como dizia o deputado Olmos, para as próximas legislaturas e governos. Por último, quero informar que fomos convidados a participar de um processo de promoção de uma rede de comissões de futuro por parte da Cepal. O processo começou por proposta da Cepal, depois a OIT se interessou em acompanhá-lo, e o Parlamento uruguaio, por meio da Comissão de Futuros, está no projeto.

Também temos confirmada a Terceira Cúpula Mundial de Comissões de Futuro, que será no Chile nos próximos dias 15, 16 e 17 de janeiro. Foi uma decisão que tomamos aqui, na Segunda Cúpula Mundial, no Uruguai. Estamos convidados, e a ideia é que todos os membros da Comissão possam participar, ou aqueles que tiverem condições e estiverem dispostos a ir. Será uma terceira cúpula mundial, como a segunda que realizamos em Montevidéu, mas também estará ligada ao Congreso Futuro realizado pelo Chile, que todos sabemos ser de grande interesse. Deixo, portanto, registrada em ata esse convite que recebemos; depois chegará pelas vias formais, com mais detalhes. São dias de férias e de verão, mas é uma oportunidade que realmente vale a pena, por ser a terceira cúpula — o Uruguai conquistou prestígio e participação ativa com a segunda cúpula que realizamos aqui em Montevidéu — e também pelo Congreso Futuro.

Também deixo registrado que estaremos atentos e participaremos desse processo de uma rede latino-americana de comissões de futuro iniciado pela Cepal, que é uma forma de avançar nesses temas.

SENHORA GARRIDO (Lydia).- Apoiando o que colocou o deputado Olmos, acredito que sim, que a Comissão de Futuros tem um papel fundamental nos próximos cinco anos e pode se tornar um espaço de grande apoio para as demais comissões e para o Parlamento. Aqui, à nossa maneira uruguaia, caminhamos a passos lentos e precisamos começar a acelerá-los, mas já percorremos uma curva de aprendizado.

Vou dar apenas um pequeno dado. Até 2017 ou 2018, falava-se de quase 50% de automação do trabalho. Hoje, o conceito mudou e, mais do que em automação do trabalho, fala-se em automação do tempo

de trabalho. A mudança não é pequena; a semântica não é algo menor. Já não se fala daqueles 50% que, em 2015, 2016 ou 2017, quando esses relatórios eram apresentados, nos pareciam um disparate. Hoje se diz que, bem antes de 2030, existe a possibilidade de automatizar entre 60% e 70% do tempo de trabalho atualmente realizado.

Por que digo que a mudança semântica é importante? Porque tampouco se trata de adotar fatalismos ou distopias, nem de pensar que os robôs tomarão nossos empregos. Não. O que isso indica é uma mudança: grande parte — estamos falando de 60% a 70% — do tempo de trabalho atual será substituída pela inteligência artificial, e isso significa que nós, humanos, teremos outros tipos de tarefas e atividades. Com o que isso se conecta diretamente? Com a necessidade de antecipar as capacidades e competências necessárias para essas novas tarefas que ainda não sabemos exatamente quais são. Assim, treinar a agilidade e a rapidez necessárias para acompanhar a mudança nos termos da própria mudança torna-se uma destreza e uma habilidade fundamental.

SENHOR PRESIDENTE.- Sugiro que a próxima reunião seja na quarta-feira, 21 de agosto, às 14h30, com um avanço de Lydia Garrido sobre o relatório final de trabalho futuro.

Não havendo outros assuntos, encerra-se a reunião.

(São 15h24)